

Jogo duro das escolas particulares

ELBA S. DE SÁ BARRETO

A questão das mensalidades escolares tem sido uma das mais conturbadas da área da educação, nos últimos anos. Apesar de afetar uma minoria, que não chega a 20% da população que estuda no País, assume, através da imprensa, foros de grande problema nacional.

O alarde que se faz do problema indica que estão envolvidos no caso segmentos da sociedade que têm alto poder de pressão e, portanto, plenas condições de defender seus respectivos interesses. Ninguém, pois, melhor do que os próprios usuários e empresários das escolas particulares, pode decidir o que mais lhes convém, no que toca ao que deve ser pago e aos custos do ensino, bem como ao que é factível nos termos da economia de mercado em que pretendemos viver.

Não obstante, a decisão sobre os encargos educacionais tem recaído sobre os Conselhos de Educação, que, constantemente aborrecidos por essas questões, têm sido desviados de suas atribuições principais — formular as orientações básicas que regem os sistemas de ensino. Isso é especialmente grave ao tempo em que a promulgação da Constituição federal e das estaduais reclamam a proposição de novas diretrizes para a educação. E no momento em que é necessário cunhar nos planos de educação as mudanças na política educacional requeridas pela Nação, com vistas ao enfrentamento dos sérios problemas que envolvem a quantidade e a qualidade do ensino oferecido a todos e a recuperação da escola pública, que atende à maioria da clientela escolar.

A tal ponto tem chegado a guerra das mensalidades em alguns Estados, particularmente em São Paulo, que mais de uma vez foi necessária a intervenção dos órgãos de segurança pública federal para assegurar o cumprimento das normas fixadas pelo Conselho Estadual de Educação para o pagamento das anuidades escolares.

**O CFE
continua uma
cidadela
de interesses
privados**

Nessa guerra, é preciso reconhecer, em princípio, que tanto usuário quanto empresário podem estar com a razão, não havendo motivos para supor que os usuários sejam sempre as vítimas e os empresários invariavelmente os vilões. Entretanto, não se pode esquecer que, durante os longos anos do período autoritário, foram os empresários do ensino, progressivamente, se assenhorando de posições estratégicas nas instâncias de poder do sistema educacional e aumentando aí a sua representação, de modo a lograr o direcionamento das políticas da área no rumo aos seus interesses privados.

A partir do processo de transição democrática, que teve como marco a eleição de governos oposicionistas nos Estados no final de 1982, vários dos Conselhos Estaduais de Educação alteraram sensivelmente sua composição interna, passando a representar um espectro de interesse mais próximos do da pluralidade existente no conjunto da sociedade.

Como este processo apenas tangenciou o Planalto, o Conselho Federal de Educação não foi renovado em termos de representação, continuando como cidadela inexpugnável dos interesses privados em matéria de ensino, na qual têm sido sistematicamente obstruídas as representações dos segmentos que lhes podem contrapor.

Não é por outro motivo que o esforço realizado por alguns conselhos estaduais para conciliar os interesses de usuários e empresários, no que se refere às mensalidades das escolas privadas, frequentemente tem sido desfeito, na medida em que os donos de escolas particulares mais influentes acionam as prerrogativas do Conselho Federal de Educação, fazendo-as reverter em seu próprio benefício.

Por essas razões, o que de mais acertado pode haver no caso é o estabelecimento da equanimidade entre as partes interessadas, sem o que não se criam condições legítimas de negociação entre elas. Isso certamente deverá ser feito fora do âmbito dos conselhos de educação, embora com a necessária mediação do poder público.

Em contrapartida, essa questão traz à tona a necessidade inadiável de se recuperar a própria legitimidade dos órgãos colegiados que regem os sistemas de ensino no País, redefinindo-lhes as funções e fixando critérios democráticos de escolha de seus componentes. Somente assim se estará efetivamente assegurando a representação dos mais variados interesses na área, para que se possa melhor contemplar, por meio do redirecionamento da política educacional, os anseios da maioria da população brasileira, ainda tão mal servida em matéria de ensino.